

CARGO: ASSISTENTE DE LICITAÇÃO

PERÍODO MANHÃ

CONCURSO PÚBLICO 001/2026 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE/PR

Atenção: Confira seu cargo e leia todas as instruções constantes no seu Caderno de Questões e Folha de Respostas.

1. Seu caderno deve conter 40 (quarenta) questões, com 04 (quatro) alternativas, assim dispostas:

Disciplina	Composição
Língua Portuguesa	01 a 05
Matemática	06 a 10
Informática	11 a 15
Conhecimentos Gerais	16 a 20
Conhecimentos Específicos	21 a 40

2. A Prova terá duração de 3h (três horas), incluindo preenchimento da Folha de Respostas.
3. Após sua identificação, você deverá permanecer dentro da sala, sendo permitida a saída somente acompanhado de um fiscal e após 30min (trinta minutos) do início da prova.
4. Para uso do sanitário e/ou beber água, você deverá solicitar ao Fiscal de Sala e somente levantar após autorização.
5. O candidato só poderá sair da sala em definitivo após 1h (uma hora) do início da prova.
6. Ao deixar a sala definitivamente, não poderá utilizar o sanitário dos candidatos que ainda estão realizando prova, e só poderá levar o Caderno de Questões restando 1h (uma hora) para o final da prova.
7. Enquanto estiver realizando a Prova é proibido utilizar materiais de consulta, livros, apostilas, calculadoras, régua, quaisquer equipamentos eletrônicos, chapéus, bonés, e/ou similares, conforme constante no edital de abertura. Caso o fiscal constata alguma irregularidade irá anotar em Ata da Sala, para devidas providências da Comissão Organizadora.
8. Sobre sua carteira deverá permanecer somente documento oficial original com foto, caneta de tinta azul ou preta de corpo transparente, Caderno de Questões e Folha de Respostas.
9. Você poderá utilizar seu Caderno de Questões para rascunho.
10. Você receberá do Fiscal de Sala a Folha de Respostas. Confira seus dados e em caso de erro, chame o fiscal. Após conferir, **assine nos campos destinados à assinatura do candidato**. Em hipótese alguma elas serão substituídas caso o candidato dobre, amasse, rasgue ou molhe. Cuidado, pois esses serão os únicos documentos válidos para correção.
11. Caso algum equipamento eletrônico emita som, mesmo que desligado e lacrado no plástico de pertences, o candidato portador do equipamento será automaticamente eliminado do concurso.
12. Transcreva suas respostas para Folha de Respostas com caneta de tinta azul ou preta de corpo transparente. **Atenção:** verifique na Folha de Respostas a forma correta de preenchimento.
13. Questões com mais de uma alternativa assinalada, rasurada, em branco ou preenchidas de forma diferente das instruções serão anuladas.
14. Após terminar sua Prova avise o Fiscal, pois ele autorizará a entrega da sua Folha de Respostas e Caderno de Questões, se for o caso.
15. Caso algum candidato seja flagrado na tentativa de fraude, esse será automaticamente eliminado do Concurso, ainda sujeito a processo civil ou criminal.
16. Qualquer questionamento ou dúvidas devem ser feitos em voz alta ao fiscal.
17. Os 03 (três) últimos candidatos deverão sair juntos da sala, após a conferência e lacre do material da sala.
18. Aguarde a autorização do Fiscal para iniciar sua Prova.



-----DESTAQUE AQUI-----

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

Língua Portuguesa

Leia o texto para responder as questões.

Impacto das telas na saúde mental já é debatido em 80% das escolas

Dados são de pesquisa com mais de 2 mil gestores escolares
Por Camila Boehm

O debate sobre os impactos das tecnologias digitais na saúde mental dos estudantes já faz parte da agenda de oito em cada dez escolas brasileiras. A proporção de instituições de ensino fundamental e médio, públicas e privadas, que discutiram o tema em 2025, cresceu 18 pontos percentuais na comparação com 2024, passando de 62% para 80%. Os resultados constam na pesquisa TIC Educação 2025, lançada nesta terça-feira (4) e realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), entidade ligada ao Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). A coleta de dados foi feita por telefone em escolas públicas e particulares, de áreas urbanas e rurais, totalizando 2.404 entrevistas com gestores.

Segundo o Cetic.br, a pesquisa mostra que os debates sobre questões relacionadas aos efeitos das tecnologias digitais no desenvolvimento dos alunos e à adoção crítica desses recursos estão mais presentes nas escolas do país. Em 2025, 75% dos gestores se reuniram com pais, mães e responsáveis para tratar do uso de tecnologias digitais no ambiente escolar, ante 60% no ano anterior. E 86% conversaram com professores e outros profissionais da instituição sobre o mesmo assunto, em 2024 a proporção era 68%. Outros temas que passaram a ocupar mais espaço nas pautas das reuniões são o uso seguro, crítico e responsável das tecnologias digitais - de 56% em 2024 para 75% em 2025 - e a inclusão da educação midiática no currículo escolar, de 46% para 67%.

Obstáculos

Segundo o levantamento, 65% das instituições de ensino desenvolvem alguma ação voltada aos estudantes nessa área. No entanto, a presença dessas ações é desigual, ocorrendo com maior prevalência nas escolas urbanas (72%) e entre aquelas que disponibilizam computadores e acesso à internet para uso dos alunos em atividades educacionais (75%). Entre as que realizam essas iniciativas, 75% dos gestores apontam a baixa participação das famílias e dos responsáveis como um dos principais obstáculos, seguida pela falta de materiais e recursos educacionais de apoio (64%). Entre as que não realizam atividades desse tipo, a principal dificuldade é a falta de materiais e recursos de apoio (77%), seguida pela baixa participação das famílias (66%) e pela qualidade dos computadores e do acesso à Internet da escola (65%). Ela acrescenta que “a integração entre escolas e famílias é outro aspecto essencial para a disseminação da educação digital. Para que possam apoiar as famílias de maneira eficaz, as escolas precisam de suporte adequado e políticas públicas estruturadas”, defende.

Em 49% das escolas, os responsáveis buscaram a direção ou profissionais pedagógicos para obter orientações sobre como mediar o consumo digital de crianças e adolescentes. Do outro lado, 48% das escolas ofereceram palestras com especialistas em bem-estar e saúde mental para as famílias, e 46% distribuíram guias e materiais de orientação sobre hábitos saudáveis de uso de recursos digitais. “Construir uma educação digital plena e segura é um desafio estratégico para o país e que precisa ser compartilhado entre os diferentes atores sociais. A escola tem um papel importante e crescente,

mas também as famílias e o Estado. Precisamos aprimorar políticas públicas e estabelecer regras para a atuação de plataformas digitais”, analisa Renata Mielli, coordenadora do CGI.br. Ela ressalta que regulação e políticas públicas são elementos cruciais para a proteção de crianças e jovens, como aponta o ECA Digital. “As famílias e os educadores precisam de apoio para compreender a complexidade de temas imateriais, como o funcionamento de algoritmos e sistemas de Inteligência Artificial, para que possamos, coletivamente, proteger crianças e adolescentes contra os riscos e abusos no ambiente virtual”, disse.

Uso de celulares

Segundo o estudo, 51% dos gestores afirmam que os alunos não podem levar o telefone celular pessoal para o ambiente escolar. O resultado variou conforme o perfil da instituição, sendo mais restritiva naquelas com turmas até os anos iniciais (69%) do que nas com ensino médio (31%). Em 40% das escolas, os alunos estão autorizados a levar o celular pessoal, mas as regras de armazenamento variam entre as instituições. Em 24%, os dispositivos devem ser guardados em bolsos ou acessórios de uso individual, como mochila ou estojo e, em 16%, em locais disponibilizados pelas escolas, como caixas, armários ou outros espaços. Ao considerar a parcela de escolas que consentem que os alunos levem o celular, 66% permitem o uso do celular pessoal em atividades pedagógicas, proporção que aumenta em contextos que enfrentam maiores barreiras de conectividade e de acesso a computadores. O uso pedagógico do dispositivo sobe para 76% na Região Norte, 76% na Região Nordeste e 75% em áreas rurais.

Inteligência artificial

É a primeira TIC Educação que mapeou o uso de ferramentas de inteligência artificial (IA) generativa por gestores escolares. A pesquisa indicou que 53% deles já utilizam esses sistemas em atividades de gestão pedagógica, administrativa ou financeira. No entanto, apenas 22% dos gestores informaram que a escola possuía um guia de orientações sobre o uso de tais recursos no ensino, na aprendizagem ou na gestão (19% entre as escolas municipais, 25% entre as estaduais e 25% entre as particulares). Entre as principais finalidades do uso de IA pelos gestores estão a criação de conteúdos visuais ou de comunicação (83%), elaboração de convites e comunicados (80%) e tradução, revisão ou resumo de textos (71%). Em 37% das escolas, o uso de IA pelos estudantes em tarefas educacionais é permitida. A proporção chega a 47% na rede estadual e a 52% naquelas com turmas até o ensino médio.

Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2026-08/impacto-das-telas-na-saude-mental-ja-e-debatido-em-80-das-escolas>

1. **De acordo com o texto, assinale a alternativa que apresenta qual é a ideia central defendida no início do texto a respeito da realidade escolar brasileira.**
 - a) A distribuição irrestrita de celulares para fins recreativos em escolas rurais.
 - b) O debate sobre os impactos das tecnologias digitais na saúde mental dos estudantes já faz parte da agenda da ampla maioria das escolas brasileiras.
 - c) A substituição definitiva dos professores por ferramentas de inteligência artificial generativa.
 - d) O declínio do interesse das famílias em debater a segurança digital com a gestão pedagógica.



2. No trecho: “O debate sobre os impactos das tecnologias digitais na saúde mental dos estudantes já faz parte da agenda de oito em cada dez escolas brasileiras.”, o vocábulo em destaque classifica-se morfologicamente como
- substantivo comum.
 - advérbio de lugar.
 - pronome demonstrativo.
 - adjetivo.
3. Analise o trecho a seguir: “Segundo o levantamento, 65% das instituições de ensino desenvolvem alguma ação voltada aos estudantes nessa área. No entanto, a presença dessas ações é desigual...”. A conjunção em destaque estabelece entre as orações uma relação semântica de
- explicação.
 - conclusão.
 - oposição.
 - adição.
4. No texto, observam-se as palavras “saúde”, “médio” e “país”. Assinale a alternativa que apresenta a justificativa correta para a acentuação gráfica desses termos.
- Todas as três palavras são acentuadas por serem proparoxítonas.
 - “Saúde” e “país” são oxítonas terminadas em vogal; “médio” é oxítona terminada em ditongo.
 - “Saúde” e “país” são acentuadas pela regra dos hiatos tônicos (“u” e “i” sozinhos na sílaba); “médio” é acentuada por ser uma palavra paroxítona terminada em ditongo.
 - “Médio” é acentuada por ser paroxítona terminada em “o”; “saúde” e “país” seguem a regra das monossílabas tônicas.
5. Na oração: “A coleta de dados foi feita por telefone em escolas públicas e particulares...”, o sujeito da locução verbal passiva “foi feita” classifica-se como
- sujeito simples e paciente.
 - sujeito composto.
 - sujeito oculto (desidencial).
 - sujeito indeterminado.

Matemática

6. Uma empresa oferece um desconto de 12% sobre o preço de um equipamento. Após o desconto, o equipamento passa a custar R\$ 2.640,00. Qual era o preço do equipamento antes do desconto?
- R\$ 3.000,00
 - R\$ 3.120,00
 - R\$ 2.880,00
 - R\$ 3.200,00
7. Um candidato obteve média final 7,8 após realizar cinco avaliações. Sabendo que as notas do candidato nas quatro primeiras avaliações foram 6,5; 7,0; 8,2 e 8,5. Qual foi a nota do candidato na quinta avaliação?
- 9,8
 - 9,5
 - 9,0
 - 8,8

8. Um reservatório em formato de prisma retangular possui dimensões internas de 80 cm de comprimento, 50 cm de largura e 40 cm de altura. Ele está completamente cheio de água. Toda essa água será transferida para um recipiente em formato de pirâmide quadrangular, cuja base é um quadrado de lado 80 cm. Qual deve ser a altura da pirâmide para comportar exatamente toda a água do primeiro reservatório?
- 50 cm
 - 60 cm
 - 75 cm
 - 90 cm
9. Dois números inteiros positivos têm soma igual a 37. O dobro do maior número menos o triplo do menor número é igual a 14. Quais são esses números?
- 27 e 10
 - 25 e 12
 - 21 e 16
 - 23 e 14
10. Uma aplicação financeira de R\$ 5.000,00 rende juros compostos de 10% ao ano. O valor permanece aplicado durante 2 anos, sem novos depósitos ou retiradas. Qual será o montante ao final desse período?
- R\$ 6.050,00
 - R\$ 6.100,00
 - R\$ 5.950,00
 - R\$ 6.000,00

Informática

11. Os dispositivos de armazenamento permitem armazenar arquivos, programas e outras informações digitais. Nesse contexto, relacione o dispositivo ou a mídia de armazenamento com suas respectivas características e assinale a alternativa com a sequência correta. Os números 1, 2 e 3 podem ser usados mais de uma vez.
- DVD.
 - Pendrive.
 - HD externo.
- () Utiliza memória flash e geralmente conecta-se ao computador por meio de uma porta USB.
- () É uma mídia óptica cuja leitura é realizada por meio de laser, como ocorre com os CDs.
- () Armazena dados magneticamente em discos internos e conecta-se externamente ao computador, podendo ser utilizado para realizar backups.
- () Pode ser utilizado para armazenar e transportar arquivos, pois utiliza memória flash e não possui discos magnéticos.
- 1 – 2 – 3 – 1.
 - 2 – 1 – 3 – 2.
 - 2 – 3 – 1 – 2.
 - 3 – 1 – 2 – 3.

12. Considere o seguinte cenário: Marcelo recebeu um arquivo compactado no formato ZIP contendo diversos documentos e precisa extrair todo o conteúdo do arquivo. Marcelo utiliza um computador com Windows 10 Pro (versão em português), ele clicou com o botão direito sobre o arquivo e selecionou a opção “Extrair Tudo...”. A partir do cenário apresentado, qual ação será realizada após a seleção dessa opção?
- a) Será aberta uma janela para escolher a pasta de destino e, após a confirmação, extrair todo o conteúdo do arquivo compactado.
 - b) Será aberta uma janela para definir outro nome e compactar novamente o arquivo selecionado.
 - c) Será aberta uma janela para selecionar arquivos específicos e extrair somente o conteúdo escolhido.
 - d) Será aberta uma janela para consultar as propriedades e modificar os atributos do arquivo selecionado.
13. Considere o cenário a seguir: uma servidora municipal precisa consultar informações disponíveis no site da prefeitura. Para isso, ela acessa um computador conectado à internet abre um navegador digita o endereço eletrônico do site e utiliza os links disponíveis para acessar diferentes páginas. A partir dessas informações, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.
- I. O navegador é o programa utilizado para acessar e visualizar páginas disponíveis na Web.
 - II. O endereço eletrônico digitado no navegador permite identificar e acessar um recurso disponível na Web.
 - III. Os links presentes em uma página podem direcionar o usuário para outras páginas ou recursos.
 - IV. A conexão com a Internet permite que o computador se comunique com o servidor no qual o site está hospedado.
- a) Apenas I e II estão corretas.
 - b) Apenas III e IV estão corretas.
 - c) Apenas I, II e III estão corretas.
 - d) Todas estão corretas.
14. Analise as assertivas e assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas.
Um servidor está elaborando um relatório no Microsoft Word 2016 (versão português). A capa e o sumário devem permanecer sem numeração, enquanto o texto principal deverá começar na página seguinte, com rodapé independente e numeração iniciada em 1. Para realizar essa configuração, ao final do sumário, o servidor deverá inserir uma _____; no rodapé da nova seção, deverá desativar a opção _____; e, em Formatar Números de Página, deverá selecionar _____ e informar o número 1.
- a) quebra de página / Primeira Página Diferente / Continuar da seção anterior
 - b) quebra de seção do tipo Próxima Página / Vincular ao Anterior / Iniciar em
 - c) quebra de seção do tipo Contínua / Vincular ao Anterior / Continuar da seção anterior
 - d) quebra de seção do tipo Página Par / Primeira Página Diferente / Iniciar em

15. Analise a tabela dinâmica a seguir:

Tabela dinâmica para gráfico da visão geral do orçamento

Categoria	Custo
Filhos	R\$ 140
Entretenimento	R\$ 358
Alimentação	R\$ 1.320
Presentes e instituição de caridade	R\$ 125
Moradia	R\$ 2.702
Seguro	R\$ 900
Empréstimos	R\$ 200
Cuidados pessoais	R\$ 140
Animais de estimação	R\$ 100
Poupanças ou investimentos	R\$ 200
Impostos	R\$ 300
Transporte	R\$ 1.375
Total Geral	R\$ 7.860

Campos da Tabela Dinâmica

Escolha os campos para adicionar ao relatório:

Pesquisar

☐ Descrição

☒ **Categoria**

☐ Custo previsto

☒ **Custo Real**

☐ Diferença

☐ Visão geral de custo real

Arraste os campos entre as áreas abaixo:

Filtros

Colunas

Linhas

Valores

Categoria

Custo

☐ Adiar Atualização do Layout

Atualizar

Fonte: Tabela dinâmica – Microsoft Excel 2016.

Considerando as informações apresentadas na imagem, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) para o que se afirma e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () O campo Categoria está inserido na área Linhas, fazendo com que cada categoria seja apresentada em uma linha distinta.
- () O campo relacionado ao custo está inserido na área Valores, permitindo que os valores sejam resumidos para cada categoria.
- () As áreas Filtros e Colunas possuem campos inseridos, aplicando um filtro ao relatório e dividindo os resultados em diferentes colunas.
- () Se o campo Categoria fosse movido da área Linhas para a área Colunas, ele passaria a funcionar como um filtro de relatório.
- a) V – F – V – F.
- b) F – V – F – V.
- c) V – V – F – F.
- d) F – F – V – V.

Conhecimentos Gerais

16. De acordo com o art. 148 da Lei Orgânica do Município de Cianorte/PR, o dispositivo estabelece condições específicas para que microempresas possam se estabelecer na residência de seus titulares. Considerando o disposto no referido artigo, assinale a alternativa correta.

- a) O Município poderá permitir, em caráter precário e por prazo limitado definido em ato do Prefeito, que microempresas se estabeleçam na residência de seus titulares, desde que não prejudiquem as normas ambientais, de segurança, de silêncio, de trânsito e de saúde pública.
- b) A permissão possui caráter permanente e seu prazo será definido por lei municipal, desde que observadas as normas ambientais, de segurança e de saúde pública.
- c) O Município poderá permitir que microempresas e empresas de pequeno porte se estabeleçam na residência de seus titulares, independentemente do cumprimento das normas relativas ao trânsito e ao silêncio, desde que atendidas as exigências de saúde pública.
- d) A permissão para o estabelecimento de microempresas na residência de seus titulares será concedida pelo Município por prazo indeterminado, desde que as atividades não causem prejuízo às normas ambientais e de segurança.

17. De acordo com a Lei nº 1.267, de 11 de setembro de 1990, que institui o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Cianorte/PR, analise as assertivas e assinale a alternativa correta. Além da habilitação em concurso público e da aptidão física e mental, são requisitos básicos para o ingresso no serviço público municipal:

- I. a nacionalidade brasileira.
 - II. o gozo dos direitos políticos.
 - III. o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo.
 - IV. a idade mínima de 21 (vinte e um) anos completos.
 - V. possuir habilitação legal para o exercício do cargo.
- a) Apenas I, II e IV estão corretas.
 - b) Apenas I, III e V estão corretas.
 - c) Apenas II, III, IV e V estão corretas.
 - d) Apenas I, II, III e V estão corretas.

18. De acordo com a Lei Municipal nº 1.267, de 11 de setembro de 1990, que institui o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Cianorte/PR, considere as definições a seguir e assinale a alternativa que apresenta, respectivamente, os termos correspondentes.

- I. É a aceitação formal pelo servidor das atribuições, dos deveres e das responsabilidades inerentes ao cargo público, com o compromisso de bem servir, concretizada com a assinatura de termo pela autoridade competente de órgão ou entidade e pelo empossado.
 - II. É o efetivo desempenho das atribuições do cargo público e completa o processo de investidura.
- a) Formalização / Efetivação.
 - b) Manutenção / Função.
 - c) Posse / Exercício.
 - d) Recondução / Nomeação.

19. De acordo com notícia divulgada pela Prefeitura de Cianorte/PR, em agosto de 2026, o município apresentou evolução nos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) da rede municipal. Considerando as informações divulgadas, assinale a alternativa correta.

- a) A rede municipal de Cianorte apresentou queda no Ideb entre 2023 e 2025, passando de 7,1 para 6,9.
- b) Em 2025, Cianorte alcançou Ideb de 7,1, superando tanto a média da rede pública do Paraná quanto a média nacional informada na divulgação.
- c) O resultado de Cianorte em 2025, de 7,1, ficou abaixo da média da rede pública do Paraná, que alcançou 7,4 no mesmo ano.
- d) A rede municipal de Cianorte manteve o mesmo resultado de 6,9 registrado em 2023, sem alteração significativa no indicador em 2025.

20. A elevação do endividamento das famílias brasileiras foi objeto de análise em matéria publicada pelo Senado Notícias em maio de 2026. O cenário apresentado na reportagem relacionou o aumento das dívidas a fatores como juros elevados, utilização do crédito rotativo e comprometimento da renda familiar. Considerando conceitos básicos de educação financeira, assinale a alternativa correta.

- a) O endividamento e a inadimplência são conceitos equivalentes, pois ambos indicam necessariamente que o consumidor deixou de pagar suas obrigações financeiras.
- b) O aumento da taxa de juros reduz, em regra, o custo dos empréstimos e amplia a capacidade de consumo das famílias que recorrem ao crédito.
- c) A utilização do crédito rotativo do cartão tende a reduzir o custo das dívidas, por permitir que o consumidor adie o pagamento sem incidência significativa de juros.
- d) O comprometimento da renda com dívidas pode reduzir a capacidade financeira das famílias para realizar outros gastos e aumentar sua vulnerabilidade diante de imprevistos.

Conhecimentos Específicos

21. A Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, disciplina aspectos relacionados ao exercício da competência administrativa, estabelecendo regras sobre delegação e avocação. Com isso, assinale a alternativa que complementa a seguinte afirmação: “A competência administrativa é irrenunciável, sendo admitidas a delegação e a avocação apenas

- a) nos casos e limites legalmente previstos, observadas as condições estabelecidas na Lei nº 9.784/1999.”
- b) sempre que a autoridade superior entender conveniente, independentemente de previsão legal ou de motivação.”
- c) exclusivamente entre órgãos sem qualquer vínculo hierárquico, desde que haja concordância do agente delegado.”
- d) apenas para competências privativas da autoridade determinante, desde que não haja prejuízo ao interesse público.”

22. A Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que trata da Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados, estabelece conceitos fundamentais relacionados aos arquivos públicos e privados, disciplinando, entre outros aspectos, a gestão de documentos produzidos e recebidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública. Sobre o assunto, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.
- I. Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos nas fases corrente e intermediária, visando à sua eliminação ou ao seu recolhimento para guarda permanente.
- II. A gestão de documentos compreende procedimentos e operações técnicas referentes à produção, classificação, uso, avaliação e arquivamento de documentos nas fases corrente e intermediária, visando à sua eliminação ou ao seu recolhimento para guarda permanente.
- III. Consideram-se arquivos os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.
- IV. A gestão de documentos compreende procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos na fase permanente, visando à sua eliminação ou ao seu recolhimento para guarda permanente
- a) Apenas I e IV estão corretas.
b) Apenas I e III estão corretas.
c) Apenas II e III estão corretas.
d) Apenas II, III e IV estão corretas.
23. Os princípios expressos da Administração Pública, previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, orientam a atuação dos agentes públicos e vinculam a Administração Pública direta e indireta de todos os Poderes e entes federativos. Sendo assim, relacione as colunas e assinale a alternativa com a sequência correta.
1. Legalidade.
2. Impessoalidade.
3. Publicidade.
4. Eficiência.
- () Exige atuação administrativa voltada ao interesse público, vedadas promoções pessoais de agentes públicos.
() Determina que a Administração Pública somente pode atuar conforme a lei.
() Assegura a divulgação dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo.
() Impõe à Administração Pública a busca dos melhores resultados na prestação dos serviços públicos.
- a) 2 – 1 – 3 – 4.
b) 1 – 2 – 4 – 3.
c) 2 – 3 – 1 – 4.
d) 3 – 1 – 2 – 4.
24. O exercício das atribuições do cargo de Assistente de Licitação exige postura profissional compatível com os princípios éticos que orientam a Administração Pública. A convivência entre servidores, gestores, fornecedores e cidadãos deve pautar-se pelo respeito, pela cooperação, pela urbanidade e pela preservação do interesse público, contribuindo para um ambiente de trabalho íntegro e para a adequada prestação dos serviços públicos. Considerando as disposições do Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, assinale a alternativa correta.
- a) O servidor público deve exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, bem como desempenhá-las com zelo, dedicação, honestidade, cortesia, boa vontade e manter respeito à hierarquia, sem deixar de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal.
b) O servidor poderá deixar de comunicar irregularidade de que tenha conhecimento no exercício de suas atribuições quando essa comunicação comprometer o bom relacionamento entre os membros da equipe de trabalho.
c) A moralidade da Administração Pública restringe-se à distinção entre o bem e o mal, sendo suficiente a observância da legalidade para caracterizar a conduta ética do servidor público.
d) O servidor deverá desempenhar suas atribuições com urbanidade e cortesia, podendo, entretanto, deixar de representar contra ato ou omissão contrário ao interesse público quando inexistir benefício pessoal decorrente da conduta.
25. A organização da Administração Pública brasileira compreende diferentes formas de atuação estatal, estruturadas para viabilizar a prestação de serviços públicos e o exercício das funções administrativas. Nesse contexto, a Administração Direta e a Administração Indireta apresentam características próprias quanto à sua composição, personalidade jurídica e forma de atuação. Considerando as disposições do Decreto-Lei nº 200/1967 e a organização administrativa brasileira, assinale a alternativa incorreta.
- a) A Administração Direta compreende os serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios, não possuindo personalidade jurídica própria.
b) As autarquias integram a Administração Indireta, possuem personalidade jurídica de direito público e são criadas por lei para o desempenho de atividades típicas da Administração Pública.
c) As empresas públicas e as sociedades de economia mista integram a Administração Indireta e possuem personalidade jurídica própria.
d) Os órgãos integrantes da Administração Direta possuem personalidade jurídica própria, patrimônio próprio e autonomia administrativa plena, podendo assumir direitos e obrigações em nome próprio.

26. Durante a análise de um procedimento administrativo, determinada autoridade verificou que um ato praticado por servidor subordinado apresentava vício de legalidade capaz de comprometer sua validade. Antes de qualquer provocação do Poder Judiciário ou de órgão de controle externo, decidiu rever o ato, adotando a providência juridicamente cabível no exercício do controle interno exercido pela própria Administração Pública. Considerando essa situação e as disposições da Lei nº 9.784/1999, assinale a alternativa correta.

- a) A Administração Pública somente poderá rever seus próprios atos após decisão judicial que reconheça a existência do vício de legalidade.
- b) A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- c) A existência de vício de legalidade impede qualquer atuação da própria Administração, sendo obrigatória a remessa da questão ao Tribunal de Contas competente.
- d) A revisão de atos administrativos praticados por servidores subordinados somente poderá ocorrer mediante instauração de processo disciplinar, independentemente da natureza do vício identificado.

27. A licitação constitui procedimento administrativo destinado à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, devendo ser conduzida em conformidade com os princípios previstos na legislação. A observância desses princípios assegura igualdade de condições entre os participantes, fortalece a transparência dos procedimentos e contribui para a obtenção do interesse público. Considerando os princípios aplicáveis às licitações públicas, assinale a alternativa correta.

- a) Os princípios aplicáveis às licitações destinam-se exclusivamente às fases internas do procedimento, não alcançando a execução contratual.
- b) O procedimento licitatório deve observar, entre outros, os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da igualdade, da transparência, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo e da segurança jurídica.
- c) A Administração Pública poderá afastar a observância dos princípios da vinculação ao edital e do julgamento objetivo sempre que considerar existir proposta economicamente mais vantajosa.
- d) Os princípios da publicidade e da transparência autorizam a divulgação irrestrita de informações classificadas como sigilosas durante qualquer fase do procedimento licitatório.

28. A redação oficial constitui instrumento de comunicação utilizado pelos órgãos e entidades da Administração Pública, devendo observar padrões uniformes de linguagem e estrutura que assegurem clareza, objetividade e precisão na transmissão das informações. Esses atributos contribuem para a adequada compreensão dos atos administrativos e para a eficiência da comunicação institucional. Com base no Manual de Redação da Presidência da República, assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

A redação oficial deve caracterizar-se, entre outros aspectos, pela _____, pela objetividade, pela concisão, pela clareza e pela padronização da linguagem, de modo a assegurar comunicação eficiente entre a Administração Pública e seus destinatários.

- a) informalidade
- b) subjetividade
- c) impessoalidade
- d) coloquialidade

29. O Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, estabelece princípios fundamentais que orientam a organização e o funcionamento da Administração Federal. Considerando o disposto no art. 6º do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas.

As atividades da Administração Federal obedecerão aos princípios fundamentais de _____, _____ e _____.

- a) publicidade / moralidade / eficiência
- b) legalidade / descentralização / controle
- c) coordenação / economicidade / planejamento
- d) planejamento / coordenação / delegação de competência

30. A gestão documental constitui instrumento essencial para assegurar a produção, a tramitação, o uso, a avaliação e a destinação adequada dos documentos produzidos e recebidos pelos órgãos públicos. A Lei nº 8.159/1991 estabelece diretrizes para a política nacional de arquivos públicos e privados, disciplinando conceitos fundamentais relacionados à gestão documental. Com base na referida lei, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) para o que se afirma e assinale a alternativa com a sequência correta.
- () Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando à sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.
- () É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação.
- () Compete ao Poder Público a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta aos interessados, na forma da lei.
- () A eliminação de documentos produzidos por instituições públicas e de caráter público poderá ocorrer livremente, independentemente de autorização da instituição arquivística pública competente.
- a) V – F – V – F.
b) V – V – F – V.
c) F – V – V – F.
d) F – F – V – V.
31. A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, estabelece procedimentos destinados a assegurar o direito fundamental de acesso à informação, observando princípios e diretrizes voltados à transparência da atuação administrativa. De acordo com o art. 3º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas.
- Entre as diretrizes previstas na Lei nº 12.527/2011, destacam-se a observância da _____ como preceito geral e do _____ como exceção.
- a) transparência / acesso à informação
b) publicidade / controle interno
c) publicidade / sigilo
d) eficiência / interesse público
32. A Administração Pública exerce controle sobre seus próprios atos, podendo anulá-los ou revogá-los nas hipóteses previstas em lei. A invalidação dos atos administrativos constitui importante instrumento de preservação da legalidade e da segurança jurídica, observando critérios específicos estabelecidos no ordenamento jurídico. Considerando exclusivamente a invalidação dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.
- a) A Administração poderá revogar os atos administrativos eivados de vício de legalidade, independentemente da existência de direitos adquiridos.
- b) A Administração somente poderá anular seus próprios atos após decisão judicial transitada em julgado que reconheça a ilegalidade.
- c) A Administração poderá convalidar todo ato administrativo eivado de vício de legalidade, ainda que o vício seja insanável.
- d) A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
33. Durante a execução de serviço público, um servidor, agindo nessa qualidade, causou dano material a um particular. Em procedimento administrativo instaurado para apuração dos fatos, discutiu-se a responsabilidade do ente público pelos prejuízos suportados pela vítima, bem como os pressupostos necessários para eventual direito de regresso contra o agente responsável. Considerando exclusivamente a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.
- a) A responsabilidade civil do Estado depende da demonstração de dolo ou culpa do agente público, sendo indispensável a comprovação desses elementos para que surja o dever de indenizar.
- b) A Administração Pública responde objetivamente pelos danos causados por seus agentes, porém não possui direito de regresso contra o servidor, ainda que demonstrados dolo ou culpa.
- c) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- d) A responsabilidade objetiva prevista na Constituição Federal restringe-se às pessoas jurídicas de direito público, não alcançando as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos.

34. A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, estabelece modalidades de licitação destinadas ao atendimento de diferentes necessidades da Administração Pública, observadas as características do objeto e as condições previstas em lei. Portanto, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.
- O pregão é a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, adotando-se como critério de julgamento o menor preço ou o maior desconto.
 - O concurso é modalidade de licitação para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, cujo vencedor receberá prêmio ou remuneração, conforme critérios previstos em edital.
 - O leilão destina-se à alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance.
 - O diálogo competitivo destina-se à contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns de engenharia quando a Administração não conseguir definir, com precisão suficiente, a solução capaz de atender às suas necessidades.
- Apenas I, II e III estão corretas.
 - Apenas I e II estão corretas.
 - Apenas II, III e IV estão corretas.
 - Apenas I, III e IV estão corretas.
35. No exercício do poder disciplinar, a Administração Pública deve observar as garantias inerentes ao processo administrativo, assegurando ao interessado o exercício do contraditório, da ampla defesa e a motivação dos atos administrativos que imponham sanções. Considerando as disposições da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, assinale a alternativa correta.
- Os atos administrativos que imponham sanções independem de motivação; a Administração poderá restringir o contraditório quando houver interesse público; e a ampla defesa poderá ser exercida somente na fase recursal.
 - A motivação dos atos administrativos é facultativa na aplicação de sanções; o contraditório poderá ser dispensado quando houver prova documental suficiente; e a ampla defesa limita-se à produção de prova escrita.
 - Devem ser assegurados ao interessado o contraditório e a ampla defesa; os atos administrativos que imponham sanções devem ser motivados com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos; e a atuação administrativa observará, entre outros, os princípios da legalidade, da motivação e da razoabilidade.
 - A Administração poderá impor sanções sem prévia manifestação do interessado; a motivação poderá ser suprida após a prática do ato; e o princípio da ampla defesa aplica-se apenas aos processos judiciais.
36. A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, admite a classificação de determinadas informações quanto ao grau de sigilo, desde que observados os requisitos expressamente previstos em lei. Dessa forma, considerando o disposto no art. 24 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado
- o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.
 - o interesse público da informação e a observância dos princípios da Administração Pública, deverá ser formalizada decisão contendo o fundamento da classificação e a indicação do prazo de sigilo.
 - o exercício do direito fundamental de acesso à informação e os princípios básicos da Administração Pública, serão executados procedimentos destinados à divulgação das informações de interesse coletivo ou geral.
 - a competência da autoridade classificadora e a identificação do assunto sobre o qual versa a informação, poderá ser classificada em qualquer grau de sigilo previsto na legislação.
37. A motivação dos atos administrativos constitui importante mecanismo de controle da atuação da Administração Pública, permitindo ao administrado conhecer as razões da decisão administrativa e viabilizando o controle de sua legalidade. Dessa forma, considerando o disposto no art. 50, inciso II, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando
- neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses.
 - imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções.
 - decidam processos administrativos de concurso ou seleção pública.
 - dispensem ou declarem a inexigibilidade de processo licitatório.
38. Após concluir os trabalhos de avaliação documental, a comissão responsável pelo arquivo de determinado órgão público verificou que parte da documentação poderia ser descartada. Antes de autorizar a eliminação, surgiu divergência entre seus membros quanto à necessidade de submissão do procedimento a outro órgão. Considerando a situação apresentada, assinale a alternativa correta.
- A eliminação poderá ser autorizada pela própria comissão de avaliação documental, desde que a decisão seja homologada pela autoridade máxima do órgão.
 - A eliminação dependerá exclusivamente da aprovação do dirigente do órgão responsável pela guarda da documentação.
 - A eliminação poderá ser realizada após a conclusão da avaliação documental, desde que a documentação não possua mais interesse administrativo.
 - A eliminação dependerá de autorização da instituição arquivística pública, na sua específica esfera de competência.

39. Um município foi condenado judicialmente ao pagamento de indenização em razão de danos causados a um particular por ato praticado por um servidor no exercício de suas atribuições. Após o trânsito em julgado e o pagamento da indenização, a Procuradoria Jurídica passou a analisar a possibilidade de ressarcimento dos valores desembolsados pelo ente público. Considerando a situação apresentada, assinale a alternativa correta.

- a) O direito de regresso poderá ser exercido independentemente da demonstração de dolo ou culpa do agente responsável pelo dano.
- b) O direito de regresso contra o agente responsável depende da comprovação de dolo ou culpa na conduta que ocasionou o dano indenizado pelo Poder Público.
- c) O direito de regresso somente poderá ser exercido quando o dano decorrer de ato praticado por servidor ocupante de cargo efetivo.
- d) O pagamento da indenização pelo Poder Público impede a responsabilização patrimonial do agente que deu causa ao dano.

40. A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, disciplina as hipóteses de contratação direta pela Administração Pública, dentre elas a inexigibilidade de licitação. Então, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

- I. A inexigibilidade de licitação pressupõe a inviabilidade de competição.**
 - II. A contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, prestados por profissionais ou empresas de notória especialização, poderá caracterizar hipótese de inexigibilidade de licitação, observados os requisitos legais.**
 - III. O treinamento e o aperfeiçoamento de pessoal constituem exemplos de serviços técnicos especializados que poderão ser contratados por inexigibilidade de licitação, quando atendidos os pressupostos legais.**
 - IV. A inexigibilidade de licitação poderá ser utilizada sempre que a Administração considerar determinado fornecedor mais conveniente, independentemente da inviabilidade de competição.**
- a) Apenas I, II e III estão corretas.
 - b) Apenas I e IV estão corretas.
 - c) Apenas II, III e IV estão corretas.
 - d) Apenas III e IV estão corretas.

